

Brasília, 18 de novembro de 2020

## **CARTA ABERTA DIRIGIDA AOS DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS**

**Assunto: Pedido urgente de reunião virtual sobre PL 3.877/2020, PL 9.248/2017, PLP 112/2019 e PLP 19/2019 (Depósitos Voluntários Remunerados, que impede a redução dos juros de mercado no Brasil, e Autonomia do Banco Central em relação a todos os ministérios), PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), PEC 186 (cria gatilho automático para corte de gastos sociais para priorizar o gasto financeiro com a dívida) e outros**

Excelentíssimos(as) Srs.(as) Deputados(as) Federais,

Dirigimo-nos a V. Exa. para solicitar o agendamento de reunião virtual, com a possível urgência, para tratar de projetos de lei extremamente nocivos à economia brasileira e a toda a sociedade: PL 3.877/2020, PL 9.248/2017, PLP 112/2019 e PLP 19/2019, que estão diretamente relacionados à remuneração da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central, **operação responsável pelos elevadíssimos juros de mercado no Brasil, produzindo e agravando crises econômicas que são usadas como justificativas para contrarreformas como a PEC 32, PEC 186**, entre outros.

O Projeto de Lei 3.877/2020 (aprovado no Senado dia 3/11/2020 e já enviado à Câmara dos Deputados), assim como os projetos PL 9.248/2017 e PLP 112/2019 que já tramitavam nessa casa, visam legalizar a remuneração da sobra de caixa dos bancos, que custou R\$ 1 trilhão aos cofres públicos nos últimos 10 anos, e tem gerado e aprofundado a forte crise que atravessamos, conforme materiais abaixo:

Capítulo 1 – ABUSO NA UTILIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS  
<https://bit.ly/2H8bOQk>

Capítulo 2 – POR QUE AS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS ESTÃO TÃO ELEVADAS? <https://bit.ly/3kxEAHS>

Capítulo 3 – QUANTO CUSTA A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS? A substituição das “OPERAÇÕES COMPROMISSADAS” por “DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS REMUNERADOS” IRÁ AUMENTAR ESSE CUSTO! <https://bit.ly/3f97qx9>

Capítulo 4 - QUAL É O IMPACTO DA REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS? <https://bit.ly/2UGjqMZ>



Capítulo 5 - O PL 3.877/2020 NÃO POSSUI BASE JURÍDICA OU ECONÔMICA! ESTAMOS DIANTE DE UM ESCÂNCALO! <https://bit.ly/2IHro67>

Capítulo 6 - RELAÇÃO ENTRE A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS E A QUEDA DO PIB, A QUEBRA DE EMPRESAS E O AUMENTO DO DESEMPREGO <https://bit.ly/2UxrtM3>

Artigo: “TEMOS DINHEIRO SOBRANDO PARA DOAR AOS BANCOS?” <https://bit.ly/32QSI97>

Vídeo: “RELAÇÃO ENTRE A DOAÇÃO DE DINHEIRO PARA BANCOS E A REFORMA ADMINISTRATIVA PEC 32” <https://bit.ly/38PAw3q>

O Projeto de Lei Complementar 19/2019 (também aprovado no Senado dia 3/11/2020 e já entregue à Câmara dos Deputados), assim como o PLP 112/2019 que já tramitava nesta casa, visam tornar o Banco Central “autônomo” em relação a todos os poderes, à parte do Estado, fazendo suas próprias normas e imune ao Estado, entregue de vez ao comando do mercado financeiro, o que irá blindar a atual política monetária que tem amarrado o funcionamento da economia brasileira, com altíssimos juros de mercado, enquanto garante a transferência de recursos públicos para os bancos, por meio da remuneração da sobra de caixa, dos sigilosos contratos de swap, entre outros mecanismos do Sistema da Dívida.

Esta política monetária, composta principalmente pela retirada de dinheiro de circulação (remunerando generosamente a sobra de caixa dos bancos), tem sido responsável pelas altas taxas de juros de mercado (superior a 130% ao ano atualmente, quando a Selic está em apenas 2%), dificultando o crédito às empresas e famílias, aprofundando ainda mais a grave crise que enfrentamos desde 2015, crise esta que tem sido usada como justificativa para diversas “reformas”, tais como a “Reforma Administrativa” (PEC 32/2020), que retiram direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Considerando que tais projetos correm o risco de serem votados a qualquer momento, solicitamos o agendamento de reunião virtual o mais breve possível, para que tenhamos a oportunidade de alertar V.Exa. sobre os imensos danos inseridos nos referidos projetos.

Atenciosamente,

*Maria Lucia Fattorelli*

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida